

Despacho n.º 22 443/2007

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Tânia Maria Pinto Pereira de Moura Diniz para, no âmbito do meu Gabinete, e durante o período da Presidência Portuguesa da União Europeia, realizar tarefas da sua especialidade, ao nível do processo especial de organização administrativa.

2 — À nomeada é atribuída a remuneração mensal de € 1954,80, actualizável na mesma percentagem do índice 100 da escala salarial das carreiras de regime geral, acrescida de subsídio de refeição por cada dia útil de serviço efectivo.

3 — À nomeada é atribuído igualmente o direito a subsídio de férias e de Natal de valor correspondente à remuneração fixada no número anterior.

4 — A presente nomeação é válida pelo prazo de três meses, renovável, até à sua caducidade operada automaticamente pela cessação de funções do membro do Governo que a autorizou, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho.

7 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

Secretaria-Geral**Despacho n.º 22 444/2007**

Considerando que após a publicação do Decreto-Lei n.º 150/2007, de 27 de Abril, diploma que aprova a lei orgânica desta Secretaria-Geral, a Portaria n.º 548/2007, de 30 de Abril, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços desta Secretaria-Geral, nela se incluindo a Direcção de Serviços Jurídicos e do Contencioso;

Considerando que as competências correspondentes ao mencionado lugar coincidem com as de director dos Serviços Jurídicos e de Contencioso previstas no Decreto-Lei n.º 111/2003, de 4 de Junho, anterior diploma orgânico deste serviço:

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço da licenciada Maria de Fátima Calado Bexiga como directora dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *António Raul Capaz Coelho*.

Despacho n.º 22 445/2007

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que após a publicação do Decreto-Lei n.º 150/2007, de 27 de Abril, diploma que aprova a lei orgânica desta Secretaria-Geral, a Portaria n.º 572/2007, de 30 de Abril, veio estabelecer que o número de unidades orgânicas flexíveis desta Secretaria-Geral é de quatro;

Considerando que por meu despacho de 1 de Maio de 2007 defini essas unidades orgânicas flexíveis, nelas se incluindo a Divisão de Apoio Jurídico e do Contencioso, lugar que se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de chefe de divisão de Apoio Jurídico e do Contencioso a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta à importância de que a mesma se reveste para a Secretaria-Geral;

Considerando que o licenciado Paulo Alexandre da Costa Dias da Silva preenche os requisitos legais e é detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao mencionado cargo;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o licenciado Paulo Alexandre da Costa Dias da Silva chefe de divisão de Apoio Jurídico e do Contencioso.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *António Raul Capaz Coelho*.

Nota curricular

Paulo Alexandre da Costa Dias da Silva — 45 anos de idade.

Lugar de origem — técnico superior principal da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Habilitações académicas e formação complementar:

Concluiu a parte escolar do mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, pela Faculdade de Direito de Lisboa e Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

Pós-graduação em Direito Industrial, pela mesma Faculdade e Associação;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas do direito, das finanças públicas, da gestão e da Administração Pública e da informática.

Experiência profissional:

2004 — nomeado técnico superior principal da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência e da Tecnologia;

Desde 2003 — desempenhou, em comissão de serviço, o cargo de chefe de divisão do Contencioso Administrativo da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência e Ensino Superior, actual Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

2002 — passou a exercer funções na Secretaria-Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia;

Desde 1998 — consultor jurídico do Instituto Nacional de Investigação Agrária, tendo ingressado na carreira de jurista do quadro de pessoal daquele Instituto;

Consultor e membro do conselho técnico do Centro Nacional de Registo de Variedades Protegidas;

1990-1998 — actividades diversificadas como consultor jurídico e advogado, em particular no ramo do direito administrativo, cumprindo destacar a assessoria de processos junto dos Tribunais Administrativos; de projectos contratuais nacionais e internacionais na área dos contratos administrativos; na área do procedimento administrativo em conflitos de interesses entre os particulares e a Administração Pública, nomeadamente nas questões do recurso hierárquico administrativo e fiscal; na dos contratos administrativos em geral; estudo, concepção e desenvolvimento de projectos contratuais na área do direito comercial e do direito civil.

Outras actividades e referências curriculares — autor de artigos publicados em revistas da especialidade e de comunicações apresentadas em congressos.

Despacho n.º 22 446/2007

Considerando que após a publicação do Decreto-Lei n.º 150/2007, de 27 de Abril, diploma que aprova a Lei Orgânica desta Secretaria-Geral, a Portaria n.º 548/2007, de 30 de Abril, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços desta Secretaria-Geral, nela se incluindo a Direcção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais;

Considerando que as competências correspondentes ao mencionado lugar coincidem com as de director de serviços de Recursos previstas no Decreto-Lei n.º 111/2003, de 4 de Junho, anterior diploma orgânico deste serviço:

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço do licenciado João Jorge Santos Leal como director de serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *António Raul Capaz Coelho*.

Despacho n.º 22 447/2007

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de director de serviços de Recursos Humanos e Organizacionais se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de director de serviços de Recursos Humanos e Organizacionais a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta à importância de que a mesma se reveste para a Secretaria-Geral;